

A Primeira República, Macau e os Maçons

ARNALDO GONÇALVES*

A afirmação da elite republicana em Macau no primeiro quartel do século xx está associada a dois fenómenos aparentemente independentes mas que têm uma ligação inconfundível. Por um lado, a emergência de associações políticas locais alinhadas com os principais partidos republicanos portugueses; por outro lado, o peso social da Maçonaria como estrutura de fixação de lealdades e solidariedades dentro da comunidade lusa, formada por naturais de Macau e expatriados. Os dois elementos, por vezes sobrepostos, constituem um contrapeso da influência secular da Igreja Católica e das suas obras missionárias numa sociedade naturalmente conservadora e paroquial.

Se a distância da então colónia relativamente à Metrópole subordinava os laços de lealdade política a juízos de oportunidade (ou mesmo de calculismo político), a prática política fazia-se de acordo com a agenda política local, as eleições periódicas para o Leal Senado, os interesses dos *lobbies* de influência mais do que ao cumprimento de determinações de Lisboa. A teia de ligações pessoais propiciada pela filiação maçónica secreta permitiu a intelectuais, figuras gradas da sociedade macaense e expatriados concertar lealdades e articular estratégias.

Entrecruzando-se com estas interdependências jornais como *A Verdade*, *Vida Nova*, *O Combate*, *A Pátria*, *O Oriente Português*, *A Colónia* alinhavam-se

no debate das principais questões políticas locais e das clivagens entre os partidários da República e da Monarquia, designadamente à volta da implementação dos decretos da 1.^a República que determinavam a expulsão dos jesuítas e de todas as ordens religiosas de território português, a separação do Estado da Igreja e a nacionalização dos bens desta.

Neste combate pelos “corações e almas” dos cidadãos da elite portuguesa colonial é difícil concluir quem terá efectivamente vencido. Talvez seja melhor conceder um resultado nulo, com a Igreja a manter o essencial das suas posições (e bens) e o Estado secular a tratar do governo das centenas de cidadãos lusos residentes. Os chineses, com nula participação no governo local, ecoariam timidamente as suas preocupações através dos seus representantes no Conselho do Governo já no mandato do governador Rodrigo Rodrigues ia a República já bem avançada.

A LOJA CAMÕES

Papel importante neste jogo político foi desempenhado pela Loja Camões, espécie de célula organizacional que estava subordinada ao Grande Oriente Lusitano, a principal Obediência Maçónica portuguesa ao longo de todo o século xix e três primeiros quartéis do século xx. ImproPRIAMENTE fala-se numa Loja, quando foram exactamente duas. Uma que tem existência entre 1909 e 1915 e uma outra que “ergue colunas”¹ em 1915 e subsiste até 1930.

A primeira Loja Camões surge de um Triângulo formado em 1906² e ligado à Loja *Pro Veritate* de Coimbra, sendo crível que tenha sido formada por militares e funcionários públicos colocados em serviço na colónia. Esta Loja teve o número 309 no registo

* Consultor, é assessor jurídico do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais de Macau (IACM). Está a preparar o seu doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Católica, Portugal.

Legal consultant, he's currently senior legal advisor to the Macao Civic and Municipal Affairs Bureau (IACM) and a Ph.D. student of Political Science and International Relations in the Catholic University of Portugal.

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

no Grande Oriente Lusitano e “abateu colunas”³ em 1914, sendo dissolvida por decreto do grão-mestre de 2 de Março de 1915. As razões para esta situação não se conhecem. É possível que tenham surgido diferenças de opinião irreconciliáveis entre os “irmãos” que levaram a esse desfecho. A Loja deixava de existir numa data e reerguia-se sem os elementos indesejados algum tempo depois.⁴

Em boa verdade, o surgimento da Maçonaria em Macau e na China é muito anterior a 1907. Segundo vários historiadores maçónicos data de 1759, um século e meio antes, quando um navio de nome *Prince Carl* pertencente à Companhia Sueca das Índias Ocidentais aportou a Macau trazendo a bordo maçons, com carta patente para desenvolverem a sua actividade nos portos a que acostassem.⁵ Estes maçons e outros que terão sido entretanto iniciados terão constituído uma Loja no território, integrando figuras relevantes da aristocracia, da burguesia mercantil e das profissões liberais. Terá sido uma Loja independente ou subordinada a algum Oriente? Não se sabe, mas é de presumir que a Loja funcionasse em português, que era a língua franca usada nesta parte do mundo, ao longo de todo o século XVIII e grande parte do século XIX, por mercadores, militares e embarcações. É plausível que a partir deste núcleo, a Maçonaria se tenha espalhado por toda a China e consolidado nos entrepostos comerciais de Cantão e Xangai, antes assim dos confrontos da Guerra do Ópio e da criação de Hong Kong.⁶

Como lugar de reunião das principais figuras intelectuais da época presume-se que tenham pertencido ao núcleo maçónico de Macau e depois à Loja personalidades como António Alexandrino de Melo, o barão do Cercal, Adrião Acácio Silveira Pinto, Francisco Hermenegildo Fernandes, Telo Azevedo Gomes ou José Vicente Jorge Silva, secretário da embaixada portuguesa em Pequim.⁷ De Alexandrino de Melo não restam grandes dúvidas quanto à sua qualidade de membro da Ordem.⁸ Segundo barão do Cercal, viveu entre 1837 e 1885, sendo formado em engenharia e projectista de vários edifícios públicos de Macau como o Palácio do Governo, o Palácio de Santa Sancha, o Hospital de São Januário (depois demolido), a capela do Cemitério de S. Miguel e o Grémio Militar (hoje, Clube Militar).⁹ Alguns destes edifícios conservam inequívocos traços simbólicos maçónicos e esotéricos, não passando despercebida a inspiração templária do seu brasão de armas. De Hermenegildo

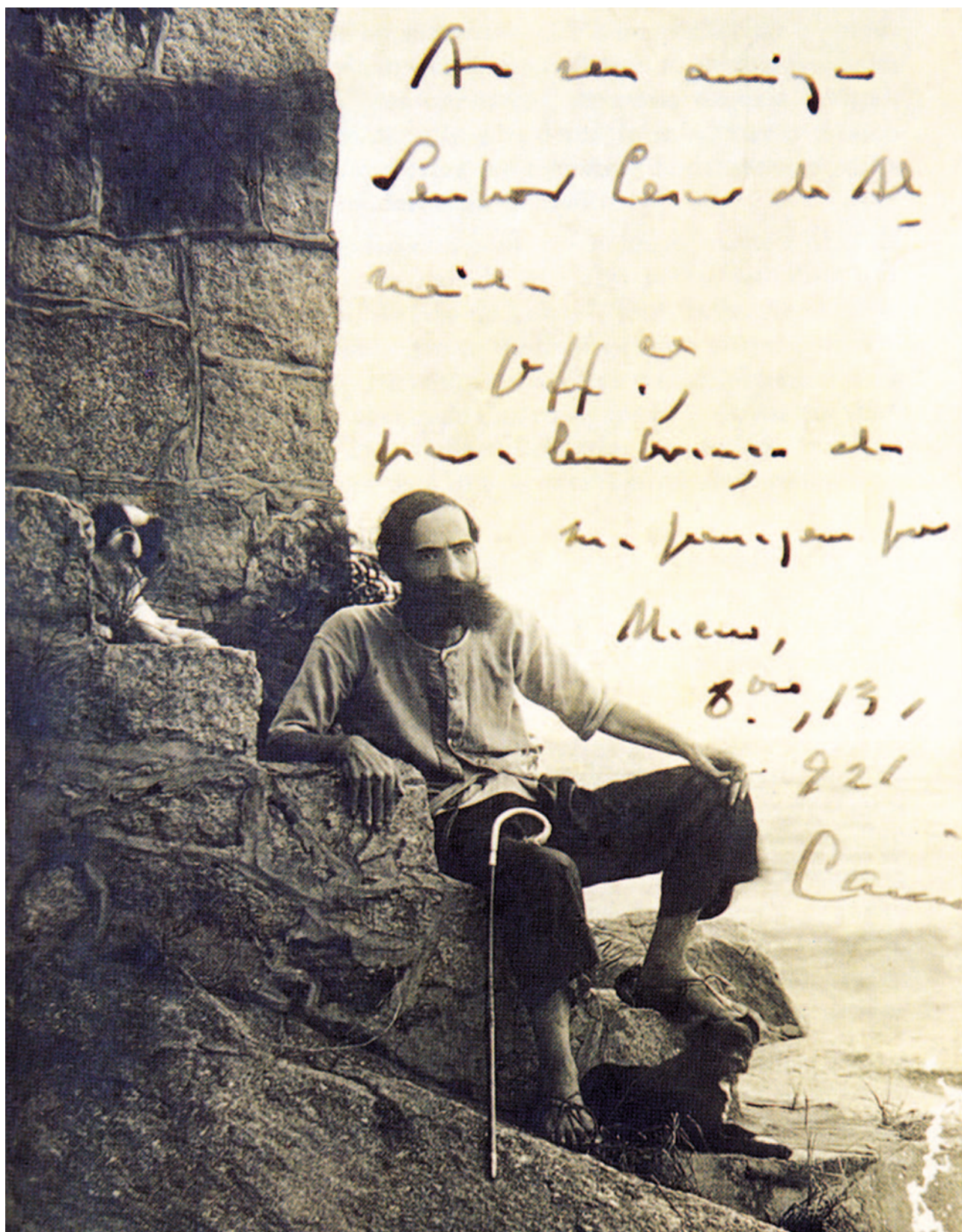
Fernandes, proprietário da Tipografia Mercantil e intérprete no Tribunal de Hong Kong, é conhecida a sua ligação próxima a Sun Yat Sen 孫逸仙, o primeiro Presidente da República chinesa, a quem socorreu mais do que uma vez nas fugas do revolucionário chinês para Macau. Investigadores atribuem-lhe a qualidade de maçom, o que estará de acordo com a facilidade com que se movia nos círculos de poder de então.¹⁰ De José Vicente Jorge Silva não restam dúvidas quanto à sua filiação maçónica quer por documentos existentes na colecção de papéis e correspondência particular na posse do seu biógrafo e neto, Dr. Pedro Barreiros, quer por testemunhos deste.¹¹

A Loja Camões n.º 309 alargou-se durante o mandato do governador Carlos da Maia (1914-1916), oficial da marinha portuguesa muito activo na Revolução Republicana. Ardente e destacado republicano, Carlos da Maia foi deputado à Assembleia Constituinte de 1911 e à Câmara de Deputados do Congresso da República, antes de desempenhar funções em Macau.¹² Conceptor da ideia da Avenida Almeida Ribeiro que uniu a cidade cristã e a cidade chinesa, deixou, segundo vários reportes, uma imagem de competência, rigor e dinâmica, acorrendo na defesa dos republicanos chineses que se refugiavam em Macau no período dos “senhores da guerra” que se seguiu à proclamação da República chinesa.¹³ Próximo do Presidente Bernardino Machado, que havia sido grão-mestre da maçonaria portuguesa,¹⁴ não escondia as suas predilecções maçónicas, sendo de admitir que tenha mantido relações próximas com a Loja e os seus membros, embora não se possa dizer que tenha sido seu membro.¹⁵ A sua posição institucional provavelmente não lho permitiria. Manteve uma relação conciliatória com a Igreja Católica e as forças conservadoras locais, o que facilitou a aprovação do Estatuto Orgânico da Missão do Padroado, uma velha aspiração do bispo de Macau.¹⁶

Personagem incontornável da cultura e da história de Macau durante o primeiro quartel do século XX foi o poeta Camilo Pessanha, autor da *Clepsidra*. Camilo Pessanha foi iniciado aprendiz na Loja Camões, em 29 de Novembro de 1910, tendo na mesma data passado a companheiro e mestre, os graus seguintes da progressão maçónica.¹⁷ Era venerável mestre da referida Loja Camões Constâncio José da Silva, proprietário

Camilo Pessanha na “chácara do Leitão” com o seu fiel Arminho, 1921.

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I



PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

e director do jornal *A Verdade*, advogado e político local.¹⁸ Pessanha ascendeu aos altos graus do seu rito, o Rito Escocês Antigo e Aceite, em Fevereiro de 1911 (4.º grau, mestre secreto), seguindo-se o 5.º grau em Fevereiro de 1913 e o 6.º grau em Junho de 1916, integrando cumulativamente uma Loja de Perfeição cujo nome se desconhece.¹⁹ O 6.º grau (secretário íntimo) foi-lhe conferido, atenta a data, já no quadro da segunda Loja Camões que levantou colunas em 1915.²⁰ Subiu ao 20.º grau (soberano príncipe da Maçonaria) em Setembro de 1917 e progrediu até receber o grau 30.º (cavaleiro Kadosh) em 3 de Julho de 1917.²¹ Esta célere progressão nos altos graus revela um enorme reconhecimento, em Macau e na Metrópole, pela sua figura de intelectual, jurista, educador e cidadão. O que diverge do epíteto de marginal e excêntrico que lhe foi colado por historiadores de Macau ligados à Igreja.²²

A segunda Loja Camões teve o n.º 383 e foi criada pelo Decreto n.º 13, de 8 de Abril de 1915, do grão-mestre Sebastião Magalhães de Lima, sendo dela seu primeiro venerável mestre o Dr. Constâncio José da Silva, que transitou da primeira Loja. Esta Loja

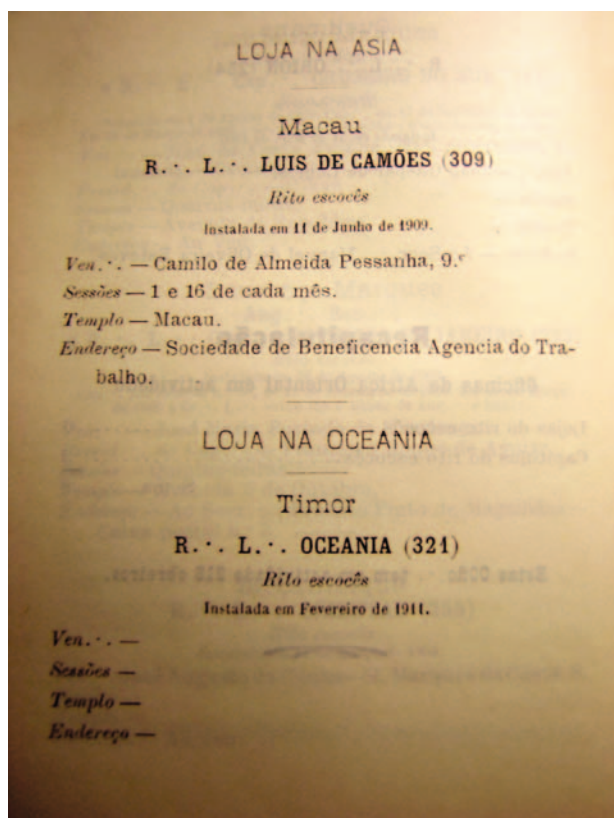
dissolveu-se em 1930, na sequência do golpe militar de 28 de Maio de 1926 que derrubou a República e instituiu o Estado Novo.²³ A Lei n.º 1901, de “ilegalização e dissolução das sociedades secretas”, que daria o golpe fatal na maçonaria portuguesa, foi aprovada pela Assembleia Nacional em 21 de Maio de 1935, sendo presidente um antigo maçom, José Alberto dos Reis.

Outros membros destacados da Loja n.º 383 foram o capitão Domingos Gregório Rosa Duque,²⁴ Elísio Tavares (farmacêutico), Mário de Campos Nery, António Afonso de Carvalho, Adão Antunes, João Silva, Rodrigo Marim Chaves (sargento, director do jornal *A Colónia*), Carlos Borges Delgado (professor do Liceu de Macau) e António Antillos.²⁵ Foi muito provavelmente membro da Loja Camões Alfredo Rodrigues dos Santos, então secretário do Governo, que foi governador interino de Macau entre Janeiro e Julho de 1923. Não se sabe se Luís Nolasco da Silva, editor do jornal *O Progresso* e vogal do Leal Senado, terá sido maçom, mas o seu pai, Gustavo Nolasco da Silva, foi-o. Os artigos publicados por investigadores da história de Macau, como a Prof.^a Célia Reis Gomes, não dissipam esta dúvida.²⁶ Foram seguramente membros da Loja, Francisco Xavier Anacleto da Silva, intérprete-tradutor, presidente do Leal Senado (1916) e Henrique Lapa Travassos Valdez, bisneto do conde do Bonfim, oficial da marinha, aceso republicano e agitador em Macau e, logo a seguir, senador da República pelo Partido da Reconstituição.²⁷ Travassos Valdez foi o fundador do Centro Republicano Eleitoral em 1919 que participou nas eleições camarárias em 1923, dissolvendo-se logo a seguir. Centro de propaganda republicana e de aglutinação dos simpatizantes do novo regime, a Loja Camões terá, segundo o parecer da Câmara Corporativa que fundamentou a Lei de Extinção das Sociedades Secretas, chegado aos 102 membros.²⁸

OS ECOS DA REPÚBLICA E A IMPRENSA DE MACAU

O período de vida desta segunda Loja Camões cobre um tempo de incerteza política na administração colonial de Macau ditada pela sucessão de governadores e por enorme resistência à publicação (e implementação)

Anuário do Grande Oriente Lusitano para o ano de 1913.



Diploma da Maçonaria atribuindo a Camilo Pessanha o 15.º grau, de cavaleiro do Oriente ou da espada.

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I



PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

da controversa legislação anticlerical da 1.^a República. Tal legislação determinava, entre outras coisas, a expulsão das ordens missionárias e dos Jesuítas do território nacional, a separação do Estado da Igreja na educação e na assistência e a expropriação de bens da Igreja.²⁹ Numa sociedade naturalmente conservadora e devota como a de Macau estas medidas soaram a declaração de guerra aos poderes instalados e aos equilíbrios concertados dentro da sociedade colonial e na relação com as autoridades chinesas. A Loja era um ponto de convergência para os republicanos mas também um centro de ressocialização para oficiais do exército e da marinha que vinham fazer a sua comissão de serviço em Macau. Estes incluíam membros de Lojas da metrópole que aqui estabeleciam laços da solidariedade maçónica na pessoa dos membros da Loja Camões. Sendo um dos princípios difundidos por esta organização a não discussão de questões políticas em Loja é provável que a Loja Camões tenha conseguido manter a sua isenção nas polémicas que dividiam a comunidade, sendo as posições assumidas pelos seus membros a título individual. Isso explica porque vários directores de jornais da colónia mantivessem o seu assento na Loja embora se embrenhassem em acalorada troca de opiniões sobre as questões que animavam a comunidade.

No período que vai de 1916 a 1930, Macau teve oito governadores: Manuel Ferreira da Rocha (1916-1918), Artur Tamagnini Barbosa (1918-1919), Henrique Correia da Silva, conde de Paço d'Arcos (1919-1922), Rodrigo Rodrigues (1923-1925), Joaquim Tomé dos Santos, Manuel Firmino Magalhães (1925-1926), Hugo Castelo Branco e Artur Tamagnini Barbosa (1926-1931). Destes sabe-se que três foram maçons: Manuel Ferreira da Rocha, oficial de Marinha, membro do Conselho do Governo, Henrique Correia da Silva e Rodrigo Rodrigues. O primeiro terá ingressado no funcionalismo ultramarino pela mão do seu “irmão” Carlos da Maia logo na sequência da revolução republicana, liderando o partido da União Republicana.³⁰ Henrique Correia da Silva foi capitão-de-mar-e-guerra e ministro do Ultramar.³¹ Rodrigo Rodrigues foi médico militar, ministro de Interior da República, tendo sido nomeado governador de Macau em 5 de Janeiro de 1923. Analistas consideram que este governador conseguiu fazer o pleno das várias sensibilidades, mostrando-se aberto a receber os portugueses que quisessem apresentar questões



Henrique Correia da Silva, governador de Macau (1919-1922).

e reclamações e fazendo sentar pela primeira vez os representantes da comunidade chinesa no Conselho do Governo.³² Uma medida que foi mal considerada por forças conservadoras locais, designadamente entre os macaenses, que entenderam isso uma traição à sua relevância local. A enorme sensibilidade com a questão religiosa³³ e a necessidade de evitar fissuras levou a que convidasse o bispo de Macau, D. José da Costa Nunes, a fazer parte do mesmo Conselho. Será que a provável condição de maçom deste último terá facilitado essa convergência de boas vontades? Nunca o saberemos.

O poder político encontrava-se concentrado no governador, que era nomeado por Lisboa, sendo as atribuições do Leal Senado limitadas pelo poder daquele. Na Taipa, o poder estava nas mãos do comandante militar. A dissolução da base ideológica da monarquia e a expansão das ideias da República fez-se de forma faseada e sem tropeções, apesar do tradicionalismo favorável à Igreja Católica.³⁴ O decreto, de 8 de Outubro de 1910, de expulsão dos jesuítas e das ordens religiosas do território português só foi publicado no jornal oficial da colónia em Novembro desse ano, permitindo-se que os Jesuítas (e as ordens

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

dos Salesianos, das Franciscanas missionárias de Maria e das Canossianas) saíssem do enclave de forma tranquila. Já em Junho de 1911, as Franciscanas regressaram retomando as obras de assistência que administravam até aí. A Lei de Separação do Estado e da Igreja nunca foi publicada no jornal oficial e os Jesuítas regressariam a Macau no final da década de 20.

A articulação com os partidos nacionais era incerta e apenas se fazia sentir aquando das eleições para senador e deputado, por exemplo em 1918, quando Anacleto da Silva e Henrique Valdez foram eleitos senadores ao Congresso Nacional pelo Partido Reconstituente. Só no ano seguinte Macau viu surgir uma organização política, o Centro Republicano Eleitoral, fundado por Henrique Valdez e pelos seus correligionários. Este centro foi o ponto de convergência entre maçons e republicanos, tendo como objectivo principal a participação nas eleições camarárias de 1923, mas dissolver-se-ia em 1925 com a saída de Macau de Henrique de Valdez. Saída decorrente da vitória da lista de Henrique Nolasco da Silva e, ao que se insinua, por insistência do governador Rodrigo Rodrigues.³⁵

A propaganda republicana fazia-se sentir nos editoriais de *A Colónia*, *A Verdade* e *O Combate*, jornais associados à Maçonaria e o tom variava consoante a proximidade ou apartamento da revolução republicana. Constâncio José da Silva deixava em tons vincados na edição de *A Verdade* de 18 de Fevereiro de 1911

“incessantemente e sem tréguas se acentua de um modo tristemente edificante o rancor que o elemento clerical vota à República, seus adeptos e funcionários e a todos os que exteriorizam o seu entusiasmo pela implantação do actual regime, único de que os portugueses devem esperar a salvação do País. Tristemente edificante, fica dito, e é verdade: pois essa má vontade, essa aversão bem manifesta quase sempre, e, por vezes, hipocritamente dissimulada, é a rigorosa e exacta medida de quanto a atmosfera nacional está saturada de facciosismo e de quanto os espíritos se acham eivados da submissão a ideias e princípios, que na história têm o seu papel findo e que há muito deviam ceder o lugar à evolução política.”

E continuava

“não visa o que foi dito atacar o credo religioso, mas sim ao entranhado amor que o clero, em geral, revela pela monarquia, que prestes esteve



Rodrigo José Rodrigues, governador de Macau (1923-1925).

a ser o plano inclinado da desgraça da nossa Pátria. Não há dúvida que alguns membros do clero aceitaram e aceitam o novo regime, reconhecendo-lhe os benefícios que dele se esperam, mas esses constituem uma minoria, que passa despercebida e fica absorvida pela acção reacçãoária”.

E a finalizar

“se a Igreja Católica sacudisse a influência jesuítica e se amoldasse às instituições avançadas, como aconselhava Leão XIII, a luta entre o pensamento católico e as reivindicações sociais tornar-se-ia mais suave e menos perturbadora”.³⁶

Um ano antes, em editorial de 4 de Novembro de 1909, Constâncio José da Silva colocara a questão da convivência entre religião e liberdade nos seguintes termos:

“A aliança entre estas duas ideias (Liberdade e Religião) a que o espírito através dos séculos tem prestado homenagem, uma como alavanca potente e gigantesca coluna de progresso e outra como explicação do ignoto, como foco de consoladoras esperanças dos que anseiam pelo

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

infinito; essa aliança traduz-se em linguagem brilhante no imorredouro sermão do padre Maia que na cidade do Porto e por ocasião das exéquias do Rei libertador, electrizou a multidão que o escutava e veio em ondas de patriotismo fora das portas do templo comover e fazer vibrar o coração dos portugueses o salutar pensamento de que: a Religião não é incompatível com a Liberdade”.³⁷

*A Loja era um ponto
de convergência para
os republicanos mas também
um centro de ressocialização
para oficiais do exército
e da marinha que vinham
fazer a sua comissão
de serviço em Macau.*

Já em edição do mesmo jornal de 20 de Outubro de 1927, propriedade agora de Rosa Duque e pela pena da directora Sofia Agrebom, se disparava:

“por mais de uma vez na tribuna de imprensa temos combatido os manejos dos jesuítas nesta colónia e temos chamado a atenção das autoridades para a permanência dos mesmos em Macau, permanência que se faz em desobediência às leis da nação, leis que a todos cabe respeitar e defender, muito principalmente e especialmente essas autoridades que têm o dever de velar que a sua execução se cumpra integralmente, sem subterfúgios nem quebrantamentos ou considerações sentimentalistas de qualquer espécie, mas pelo que se observa, os protestos da imprensa republicana e liberal perdem-se neste maré magnum de nefastas influências e de considerações dos mais variados matizes”.³⁸

Na edição da semana anterior, sob o pseudónimo de Vagro, um articulista glorificava a liberdade, dizendo

“Liberdade, Igualdade, Fraternidade, a suprema trilogia, eis a Luz que guia o maçom através dos caminhos arrepiados de paixões, ora sobre os

abrolhos que lhe ensanguentam os pés, ora sob abóbadas que lhe ferem a cabeça! Liberdade, Igualdade, Fraternidade, eis a Vida de que ele tira energia, para não ficar cansado a meio da jornada e o levará ao triunfo do bem e à conquista da paz universal”.³⁹

Já sem tanta eloquência republicana mas com indisfarçável tom patriótico, Luís Nolasco no seu jornal *O Progresso* exaltava os heróis nacionais Ferreira do Amaral e Coronel Mesquita nos seguintes termos:

“Foi há 66 anos... Foi há 66 anos, ao entardecer do dia 22 de Agosto de 1849, que perto da Porta do Cerco, subúrbios da cidade, sicários assalariados – nove ou dez seriam eles – assassinaram cobardemente o heróico governador que foi desta colónia, Ferreira do Amaral. Os miseráveis carniceiros, ébrios de sangue, deceparam-lhe a cabeça leonina e o único braço que possuía, o braço esquerdo levando – infames magarefes!... excremento de almas vis!... levando em apoteótico triunfo, pelo território chinês, esses sangrentos membros ainda palpitantes! A canalha ganhou conscienciosamente o salário da infâmia!”

E acrescentava

“foi há 66 anos que o capitão de mar e guerra João Maria Ferreira do Amaral, alma de patriota, carácter de bronze, modelo de estadistas, e nobre campeão de heróicas, legendárias façanhas, sucumbiu exangue, vítima da sua fé patriótica e em holocausto à honra da Pátria, que bem serviu, emancipando esta colónia, que tão patrioticamente governou e consolidando o domínio português no Extremo Oriente.”⁴⁰

Já antes em editorial, sob o título “Eleições. Eleitores e Candidatos pelo Círculo de Macau, afirmava:

“a nenhum português é lícito desconhecer ou ignorar os perigos da situação presente. Perigos internos e perigos externos. [...] os nossos destinos e os destinos das nossas colónias, jogam-se nos campos de batalha da Europa, aonde de um momento para o outro podemos ser chamados, quer seja a honrar os compromissos internacionais, quer seja para defender os nossos interesses de nação livre na posse de vastos domínios. Internamente, a luta dos partidos políticos, disputando o poder, sem escrúpulos, tem dado lugar a uma constante agitação, que nos

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

faz descer no conceito de nações civilizadas e nos deprime aos olhos dos próprios aliados e amigos. Se não mudarmos de processos, a tempo, dir-se-á de nós portugueses, que não compreendemos a liberdade, nem somos dignos dela”.⁴¹

Tal era o tom da imprensa republicana de Macau nos anos que se seguiram à Revolução Republicana. A questão religiosa e a animosidade entre Maçonaria e Igreja não se dissiparia. Regressaria por via do “integrismo lusitano” na perseguição dos liberais e na campanha desencadeada contra a Maçonaria que conduziria à sua ilegalização pela Ditadura Nacional.

CONCLUSÃO

Integrados numa sociedade profundamente conservadora e crente, os Maçons republicanos ocuparam posições de destaque que lhes impuseram um grande sentido de realismo e a necessidade de construir um *modus vivendi* com as forças sociais dominantes. Nesse sentido, fora os despiques entre os jornais alinhados ou opositores às ideias republicanas e liberais, a relação entre liberais e conservadores fez-se sóbria com a salvaguarda, no essencial, da cordialidade dentro da elite colonial portuguesa. Em Novembro de 1911, o historiador macaense Montalto de Jesus dava uma conferência na Sociedade de Geografia em Lisboa em que colocava bem este tom compromissório

“ao passo que o regime republicano inaugura uma época esperançosa para as colónias, também a China evolutiva de hoje cria condições de muita significação para Macau. Tanto do ponto de vista português como chinês, pois, é este o momento psicológico de se tratar séria e francamente da situação em que o regime monárquico deixou essa

colónia. Urge pois encarar sem reboço os erros fatais que, com o andar do tempo, se tornam quase convencionais.”⁴²

O período que medeia entre o curto mandato do governador Carlos Correia da Silva e a chegada de governadores conservadores alinhados com a “Revolução Nacional” de 28 de Maio de 1926 (Artur Tamagnini Barbosa) é marcado pela acção do médico Dr. Rodrigo Rodrigues. O seu mandato como governador, cargo para que estivera indigitado em 1917, é assinalado por uma efectiva descompressão com a diocese e as ordens missionárias e com a criação de uma relação de grande cordialidade com o bispo D. José da Costa Nunes. Também com a tentativa, gorada, de iniciar as obras do Porto (decorrentes de acordo com a China firmado no tempo do governador Correia da Silva) com capitais não portugueses, o que lhe valeu a animosidade do governo de Lisboa liderado por Álvaro de Castro que lhe imporia a demissão.⁴³ Rodrigo Rodrigues deixou, por isso, uma forte impressão em meios conservadores como se depreende dos rasgados elogios que o padre Manuel Teixeira lhe dirige em vários dos seus escritos. Este terá sido o último governador maçom de Macau.

Vitoriosa a *Ditadura Nacional* com a ascensão de Salazar a incontestado chefe do Governo e afastados quaisquer concorrentes entre militares e aparelho de Estado, a aprovação da Carta Orgânica de Macau de 1926 validou o modelo de predominância do executivo centrado no governador, secundado por um Conselho do Governo com atribuições meramente consultivas e formado por vogais nomeados e eleitos, incluindo um delegado da comunidade chinesa eleito pela Associação Comercial, modelo que prevaleceria nos anos adiante. **RC**

NOTAS

- 1 “Erguer colunas” significa iniciar actividade, o que dependia de um decreto da principal autoridade maçónica, o grão-mestre. A maçonaria é uma ordem iniciática hierarquizada formada por Lojas autónomas mas que obedecem a um “presidente”, o grão-mestre, que exerce a sua autoridade como órgão singular sobre toda a organização. A legitimidade do poder é vertical, de cima para baixo, através de directrizes e instruções.
- 2 Triângulo n.º 90 constituído por Decreto n.º 7, de 23 de Janeiro de 1906, do grão-mestre Francisco Gomes da Silva.

- 3 Ao invés “deixou de existir”.
- 4 Informação recolhida na Biblioteca do Palácio Maçónico em Janeiro de 2011.
- 5 Albert MacKey, H. L. Haywood, *Encyclopedia of Freemasonry, Part I*. Whitefish, Mass: Kessinger Publisher, 2002, p. 199 e A. H. de Oliveira Marques, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, 2.ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983, p. 109.
- 6 A criação da Maçonaria na China tem sido atribuída à Inglaterra, o que não é verdade.

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

- 7 Não há actas escritas das actividades desta Loja, as quais se terão perdido.
- 8 Nesse sentido, João Guedes in *Subsídio para História da Maçonaria em Macau*, disponível in <http://aescadadejacob.blogspot.com>. Alexandrino de Melo não pertenceu à Loja Camões porque morreu em Marselha em 1885, antes da criação do Triângulo que lhe deu origem. Cf. http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=40003
- 9 Jorge Forjaz, *Famílias Macaenses*. Macau: Fundação Oriente/Instituto Cultural de Macau, 1996, vol. 2, pp. 645-650; Manuel Teixeira, “Barão do Cercal e família”, in *A Voz das Pedras de Macau*. Macau: Imprensa Nacional, 1980, pp. 181-186.
- 10 João Guedes, “A Maçonaria e a República Chinesa”, in *Macau* n.º 54, Outubro de 1996, p. 87. Hermenegildo era proprietário do semanário *Echo Macaense* que deu grande cobertura noticiosa a Sun Yat Sen e aos revolucionários republicanos chineses.
- 11 Jornal *Hoje Macau*, “Pedro Barreiros prepara fotobiografia sobre José Vicente Jorge e Danilo Barreiros”, entrevista publicada a 6.5.2009. Também Paço d’Arcos, *Memórias da Minha Vida e do Meu Tempo*. Lisboa: Guimarães & C.ª Editores, 1973, 1976 e 1979. Confirmado em conversa pessoal com Pedro Barreiros ocorrida em sua casa em Janeiro de 2011.
- 12 Carlos Gomes Bessa, *Macau e a Implantação da República na China. Uma carta de Sun Yat-Sen para o Governador José Carlos da Maia*. Macau: Fundação de Macau, 1999, pp. 25-28.
- 13 Margarida Saraiva, “Um jovem romântico”, jornal *Hoje Macau*, 1.9.2010.
- 14 Pedro Ramos Brandão e António Chaves Fidalgo, *A Maçonaria e a Implantação da República em Portugal*. Lisboa: Casa das Letras, 2010, p. 74.
- 15 Fotografias do tempo mostram-nos nos saraus do Clube Militar rodeado por republicanos e maçons.
- 16 Célia Reis, “Conjuntura e vida política”, in A. H. Oliveira Marques, *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Lisboa: Fundação Oriente, 2003, vol. 4, pp. 15-37.
- 17 A proclamação da República Portuguesa teve lugar em 5 de Outubro de 1910, um mês antes da iniciação de Pessanha. A atribuição dos três graus não era tão pouco comum quanto possa parecer dada a distância de Macau da metrópole.
- 18 Dados recolhidos na Biblioteca do Palácio Maçónico em Janeiro de 2011. Constância José da Silva foi ainda director da Imprensa Oficial. Vide <http://bo.io.gov.mo/galeria/pt/histio/directores.asp>
- 19 A Loja de Perfeição comporta os graus 6.º a 14.º do Rito Escocês, de acordo com o sistema de graus criado por Albert Pike, durante o século XVIII nos Estados Unidos e que se expandiu para a Europa continental e para a América Latina. O sistema não entrou nas Ilhas Britânicas.
- 20 Daniel Pires anota que Camilo Pessanha foi venerável da Loja, o que não está por forma alguma confirmado. Vide Daniel Pires, “Cronologia da vida e da obra de Camilo Pessanha”, in Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), <http://purl.pt/14369/cronologia1909.html>.
- 21 Um exemplar do seu diploma de cavaleiro do Oriente e da espada (grau 15.º), assinado pelo grão-mestre António Maria da Silva e com data de 15 de Novembro de 1916, pode ser visto no catálogo da exposição bio-bibliográfica organizada por ocasião do 70.º aniversário da primeira edição de *Clepsidra*, por Daniel Pires. Macau: Instituto Português do Oriente, 1991.
- 22 José Carvalho Rego, *Macau. Figuras de Relevo do Passado*. Macau: edição do autor, 2007, pp. 63-68 e Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*. Macau: Imprensa Nacional, 1979, vol. 2, pp. 251-261.
- 23 Era grão-mestre José Mendes Ribeiro Norton de Matos, candidato a Presidente da República nas eleições de 1949.
- 24 Iniciado a 16 de Novembro de 1916, passou a companheiro e mestre em Fevereiro de 1917. Foi membro da Loja de Perfeição do Rito Escocês que funcionou ao lado da Loja Azul, recebendo o 4.º grau em 5 de Outubro de 1918 e o 5.º grau um ano depois. Ascenderia ao 20.º grau do mesmo Rito a 30 de Novembro de 1921. Informação recolhida na biblioteca do Palácio Maçónico. Rosa Duque é assinalado como ponto de contacto da Loja Camões em Macau in A. H. Oliveira Marques, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, pp. 109, Informação recolhida na biblioteca do Palácio Maçónico.
- 26 Vide, Célia Reis, “Conjuntura e vida política”, cit. e ainda idem, “Um novo regime em Macau: a passagem à República”, in Fernando António Baptista Pereira, coord., *Os Fundamentos da Amizade. Cinco Séculos de Relações Culturais e Artísticas Luso-Chinesas*. Lisboa: Centro Científico e Cultural, 2000 (catálogo de exposição patente em Lisboa, 1999/2000), pp. 178-187. Dado adicional é o facto de ter Luís Nolasco sido o notário que lavrou o testamento de Camilo Pessanha, facto esse que pelo menos revela uma grande confiança entre ambos. Vide Daniel Pires, “Cronologia da vida e da obra de Camilo Pessanha”, cit.
- 27 Valdez era marinheiro da canhoeira *Macau* e prestava serviços nas Obras dos Portos. Ver A. H. de Oliveira Marques (coord.), Paulo Guinote, Pedro Teixeira Mesquita, João José Alves Dias, *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000, p. 446.
- 28 Parecer da Câmara Corporativa (1935) subscrito por Domingos Fezas Vital, Afonso de Melo, Gustavo Cordeiro dos Santos, José Gabriel Pinto Coelho e Abel de Andrade (relator), in A. H. Oliveira Marques, *A Maçonaria Portuguesa...*, p. 311.
- 29 Afonso Costa é autor de um conjunto de legislação que vai dar estrutura à República em matéria religiosa, designadamente a Lei de Abolição do Juramento Religioso, a Lei do Divórcio, a Lei da Família, a Lei do Registo Civil obrigatório e a Lei de Separação do Estado das Igrejas. Vide Pedro Ramos Brandão e António Chaves Fidalgo, *A Maçonaria...*, pp. 128-130.
- 30 João Guedes, “Intriga política e dissidências republicanas em Macau” no blog Tempos d’ Oriente in <http://temposdoriente.wordpress.com/2011/03/17/>
- 31 Foi pai do romancista Joaquim Paço d’ Arcos
- 32 José de Carvalho e Rêgo, *Figuras d’Outros Tempos*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1994, p. 388.
- 33 Célia Reis, “Conjuntura e vida política”, in A. H. Oliveira Marques, *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 4, pp. 13-176.
- 34 Célia Reis, “Conjuntura e vida política”, cit.
- 35 *Ibidem*.
- 36 Jornal *A Verdade*, 3.º ano, n.º 114, 18/2/1911, “Ódio à República”.
- 37 Jornal *A Verdade*, 1.º ano, n.º 51, 4/11/1909, “Liberdade e Religião”. As referências maçónicas inclusas no texto - “alavanca”, “coluna”, “templo” - são inconfundíveis.
- 38 Jornal *A Verdade*, n.º 26, 20/10/1927, “Estendendo as garras”.
- 39 Jornal *A Verdade*, n.º 25, 13/10/1927, “Liberdade”. As referências maçónicas são evidentes.
- 40 Jornal *O Progresso*, n.º 51, 22/8/1915, “Comemorando 1849-22-25 de Agosto – 1915, Amaral e Mesquita”.
- 41 Jornal *O Progresso*, n.º 41, 13/6/1915, “Eleições – Eleitores e candidatos pelo Círculo de Macau”.
- 42 C. A. Montalto de Jesus, “Portugal e Macau. Problemas económicos e políticos”, *Boletim da Sociedade de Geografia*, 29.ª Série, n.º 12, Dezembro de 1911, p. 437.
- 43 Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. 11. Lisboa: Editora Verbo, 1989, pp. 461-462.
- 44 Pe. Manuel Teixeira, *Bispos e Governadores de Macau*. Macau: Imprensa Nacional, 1940; idem, *A Voz das Pedras de Macau*; idem, *Pagodes de Macau*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982.